

CAPÍTULO 6

A MACROTOPNÍMIA DA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE CASCABEL/PR: UM OLHAR SOBRE A IDENTIDADE LOCAL



<https://doi.org/10.22533/at.ed.053122512026>

Data de aceite: 03/01/2025

Silmara Cristina Batista da Silva

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Estudos de Linguagens – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS - Campo Grande/MS

Aparecida Negri Isquierdo

Professora e Orientadora do Programa de Pós Graduação em Estudos de Linguagens – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS – Campo Grande/MS. Bolsista Produtividade CNPq

pautou-se, sobretudo, nas contribuições de Dick (1990; 1992, 2002); de Dargel e Isquierdo (2020); Isquierdo (2008) e Sapir (1969). Os resultados do estudo apontaram que 66,33% das taxes toponímicas pertencem à natureza antropocultural, em contrapartida 33,67% dos designativos analisados estão enquadrados nos de natureza física.

PALAVRAS-CHAVE: Língua; Cultura; Macrotoponímia urbana.

RESUMO: Este trabalho discute resultados de estudo sobre a toponímia paranaense relativa aos municípios da região intermediária de Cascavel/PR, na perspectiva da dimensão semântica evidenciada nos topônimos, em termos de motivação (taxonomias) (Dick, 1990; 1992), levando em conta, quando possível, a causa denominativa que motivou o surgimento do topônimo. O corpus foi extraído dos mapas oficiais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com escala entre 1:50.000 ou 1:100.000 (2010). Para recuperar possíveis causas denominativas foram consultados os sites oficiais das prefeituras municipais que compõem a região imediata selecionada. Este estudo

THE MACROTOPONY OF THE INTERMEDIATE REGION OF CASCABEL/PR: A LOOK AT LOCAL IDENTITY

ABSTRACT: This work discusses the results of a study on the toponymy of Paraná relative to the municipalities in the intermediate region of Cascavel/PR, from the perspective of the semantic dimension evidenced in the toponyms, in terms of motivation (taxonomies) (Dick, 1990; 1992), taking into account, when possible, the denominational cause that motivated the emergence of the toponym. The corpus was extracted from official IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) maps with a scale between 1:50,000 or 1:100,000

(2010). To retrieve possible denominational causes, the official websites of the municipal governments that make up the selected immediate region were consulted. This study was based, above all, on the contributions of Dick (1990; 1992, 2002); by Dargel and Isquierdo (2020); Isquierdo (2008) and Sapir (1969). The results of the study showed that 66.33% of toponymic taxes belong to an anthropocultural nature, on the other hand, 33.67% of the designations analyzed are classified as physical in nature.

KEYWORDS: Language; Culture; Urban macrotoponymy.

INTRODUÇÃO

A linguagem, além de ser o principal canal comunicativo entre os membros de uma comunidade, exerce ainda a função de disseminar as experiências vividas por um determinado grupo sistematizando-a, colaborando para a partilha de saberes e estruturando as relações intersociais, pois é por meio dela que todo o conhecimento de uma realidade é transmitido.

Coseriu (1990, p. 13), já afirmara que a linguagem além de ser uma atividade universal, sempre se realiza seguindo os caminhos das tradições históricas de uma determinada comunidade. O mesmo autor, ao focalizar a sociabilidade e a necessidade da partilha dos saberes, esclarece que a “linguagem, mais do que um fato social entre outros, é o fundamento de tudo o que é social e a manifestação primária da “sociabilidade” humana, do “ser-com-os-outros”, que é uma dimensão essencial do ser do homem” (Coseriu, 1990, p .15).

A linguagem se estabelece por meio do diálogo e as suas relações comunicativas se findam no outro por meio de uma língua comum aos falantes. Velarde (1991, p. 30), por sua vez, argumenta que a linguagem se realiza “siempre en formas históricamente determinadas que llamamos lenguas: hablar es siempre hablar una lengua histórica concreta”.

É por meio da língua que são expressas as mais variadas formas de difusão de uma cultura e, mais especificamente, é por meio dela que os seres humanos se expressam de modo a divulgar seus valores e, assim, construir a história, a identidade. Nesse sentido, Biderman (1998, p. 81) pontua que,

[...] considerando a dimensão social da língua, podemos ver, no léxico, o patrimônio cultural de uma comunidade. A cultura sempre esteve relacionada com a língua, ou seja, é por meio dela que passam de geração a geração todos os signos representativos e símbolos, e a partir daí, ideias e conceitos são cristalizados, fortificando o laço entre o povo de uma mesma comunidade. (Biderman, 1998, p. 81).

Seabra (2015, p. 73), por seu turno, relaciona o papel social da língua a um patrimônio cultural, quando atribui aos nomes a responsabilidade de exprimir os sentimentos. Nesse sentido, quando “consideramos a dimensão social da língua, podemos ver, no léxico, o patrimônio cultural de uma comunidade”. A cultura sempre esteve relacionada com a língua, pois é por meio dela que são transmitidos de geração a geração todos os signos representativos e símbolos e, a partir daí, ideias e conceitos são cristalizados, solidificando laços entre falantes de uma mesma comunidade.

LÍNGUA E CULTURA

A língua pode ser entendida como um produto cultural, entretanto, para que haja um estudo solidificado é fundamental que se estabeleça algumas noções de cultura. No entanto, essa tarefa não tem sido fácil, e tem se tornado um grande desafio para os especialistas da área.

Para Sapir (1969, p. 205), a cultura é aprendida e transmitida aos descendentes por meio das ações humanas, da comunicação social e da linguagem, a saciedade em torno do aprendizado cultural tem seu fundamento na língua que perpetua costumes e hábitos de uma comunidade.

Laraia (2008, p. 45), por seu turno, compartilha do entendimento de que o homem é portador da realidade cultural na qual está imergido. Ainda segundo o mesmo teórico “o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam”.

Dessa forma, o léxico exerce função primordial na tarefa de representar e caracterizar as manifestações culturais, fomentando a transmissão dos saberes passados de geração a geração e, assim, a palavra ocupa lugar privilegiado nesse espaço à medida que tem a capacidade de perdurar no tempo os sentimentos, desejos e o conhecimento de um grupo social.

TOPONÍMIA E ETNOLINGUÍSTICA

A Onomástica, ciência que estuda os nomes próprios, abrange duas disciplinas principais: a Antropónímia – estudo dos nomes próprios de pessoas – e a Toponímia – estudo dos nomes próprios de lugares. Dessa forma, estabelece-se uma relação de inclusão, em que a Toponímia é uma parte com dimensões variáveis da Onomástica (Dick, 1990, p. 16).

Já a Toponímia, por sua vez, articula os saberes linguísticos interseccionando os dados das demais ciências, configurando-se como “um imenso complexo línguo-cultural” (Dick, 1990, p. 35). Como uma disciplina de caráter interdisciplinar, a Toponímia insere-se no campo dos estudos lexicais, sendo, assim, uma das disciplinas da Linguística.

Por isso, o estudo do nome ultrapassa o limite etimológico e alça voos maiores projetando- se para os simbolismos das imagens. Nesse sentido, o denominador, de acordo com Dick (2002, p. 171), “preenche os vazios do espaço recortando lugares e dando-lhes conformação referencial pelos nomes de batismo”.

Nesse sentido, Isquierdo (2008, p. 37) destaca que, em relação aos nomes dos acidentes humanos, há uma particularidade importante a ser considerada: trata-se da transposição de um dado momento histórico no topônimo que nomeia o espaço, assim,

[...] os nomes de acidentes humanos (vilas, povoados, cidades) traduzem reflexos do momento histórico em que foram nomeados, haja vista serem mais afetados por fatores extralingüísticos, como características do processo de povoamento ocorrido da região; questões interétnicas que individualizam o espaço geográfico em questão – convívio de povos de diversas etnias; a localização geográfica – fronteiras nacionais e internacionais; interferências políticas, além de fatores ambientais . (Isquierdo, 2008, p. 37).

Dessa forma, estudar os topônimos implica perceber as fendas existentes em estruturas sócio-históricas que geralmente são capazes de apontar os caminhos que atuaram nas transformações estruturais que ocorreram durante a constituição do processo histórico do espaço em análise.

Para Dick (2002, p. 185), o viés etnolinguístico, por objetivar o resgate das bases estruturais dos topônimos, ou até mesmo, situações de constituição de incorporação do próprio locativo é, sem dúvida, uma abordagem adequada para a busca de compreensão do sistema onomástico, não importando o ângulo de análise estabelecido.

ABORDAGEM TOPONÍMICA E AS SUAS CLASSIFICAÇÕES TAXIONÔMICAS

As sistematizações dos estudos toponímicos datam de épocas remotas e revelam a complexidade em se estabelecer delineamentos sólidos e definitivos para os rumos das pesquisas toponímicas. Dauzat (1922) foi o primeiro estudioso a publicar uma classificação dos topônimos que priorizava o ponto de vista do nomeador. Para o autor a complexidade em se delimitar a gênese e a causa denominativa de um nome de lugar sempre foi evidente nos estudos toponímicos.

Desta forma, o processo de sistematização dos topônimos continuou sendo buscado ao longo da história. Vários pesquisadores debruçaram-se sobre esboços classificatórios da toponímia. Entre os expoentes estão Vasconcellos (1931) que, ao elencar critérios de estudos de nomes próprios de lugar também lança classificações de causas denominativas. Segundo Isquierdo e Dargel (2020, p. 236) a ordenação dos topônimos, segundo o filólogo português, considera as seguintes características: “a) originados do reino animal; b) motivados pela flora; c) originados de nomes de santos e de nomes próprios de pessoas; d) outros topônimos, em que apresenta análise etimológica de alguns nomes de lugares”.

Mais tarde, em 1952, Backheuser, engenheiro, geólogo e geógrafo, estabeleceu a primeira classificação por categorias para a toponímia brasileira. De acordo com o autor a quantidade e a qualidade dos topônimos revelam a densidade geográfica e o nível de cultura dos habitantes de determinada região.

A julgar pela narrativa, é possível depreender que a região nomeada revela a presença do grupo social que habita o espaço. A multiplicação dos nomes vai acontecendo de acordo com a chegada de novos habitantes e, consequentemente, a cultura vai permitindo o surgimento de novas denominações.

Toda a nomeação exige um motivo, por mais elementar que seja, pois é a partir do nome que desponta a identificação do espaço. Nesse sentido, o denominador pode valer-se dos mais variados mecanismos para a identificação do local em que habita. As causas denominativas de nomeação toponímica foram abordadas por Dauzat (1926), Backheuser (1952) e Stewart (1954).

Em relação aos estudos da toponímia brasileira, Dick (1990; 1992) elaborou uma classificação voltada para a realidade nacional com base nos topônimos analisados por ela na década de 1980. Para a autora, o ato de nomear é “essencialmente motivado” e ressalta que “essa é uma das principais características do topônimo”. Sobre o duplo aspecto da motivação toponímica, Dick (1990, p. 39) assim se posiciona:

Primeiro na **intencionalidade** que anima o denominador, acionado em seu agir por circunstâncias várias, de ordem subjetiva ou objetiva, que o levam a eleger, num verdadeiro processo seletivo, um determinado nome para este ou aquele acidente geográfico, e a seguir na própria **origem semântica** da denominação, no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedências as mais diversas.

A estudiosa brasileira dialoga com os demais pesquisadores da área da toponímia quando se observa a presença da causa denominativa baseada na intencionalidade e no modo de agir de cada nomeador.

Para tanto, antes ainda de abordar a estrutura dos nomes de lugares, é importante delimitar como são formados os topônimos de mundo geral. A análise da composição dos sintagmas (nomes de locais) baseia-se em dois componentes fundamentais, conforme a classificação sugerida por Dick (1992). O primeiro componente é o “termo genérico”, que diz respeito à categoria da unidade geográfica, como “rio”, “morro” ou “córrego”. Este termo serve para identificar o tipo de formação geográfica ou região particular que está sendo referenciada. O segundo componente é o “termo específico”, que é o nome em si, destinado a individualizar e diferenciar essa unidade geográfica de outras que possam ser parecidas.

No caso do nome “Santa Helena”, “Santa” funciona como o termo geral que classifica a entidade geográfica (uma santa), enquanto “Helena” é o termo específico que individualiza essa santa, diferenciando-a de outras. Assim, ambos os elementos colaboram para definir e identificar de maneira precisa o local.

Essa categorização é essencial para entender como se originam e atuam os topônimos, já que a junção do termo genérico com o termo particular possibilita a individualização de um lugar dentro do espaço geográfico.

Em relação à categorização toponímica, Dick (1990; 1992), pautando-se em autores clássicos da toponímia, especialmente da Europa, organizou um modelo classificatório, inspirando-se na dicotomia entre os mundos físico e antrocultural para classificar as taxes toponímicas segundo dois universos, o físico e o antropocultural, aos quais se vinculam as 27 taxes consideradas pela toponímista brasileira. Taxes de natureza física: astrotopônimos, cardinotopônimos, cromotopônimos, dimensiotopônimos, fitotopônimos, geomorfotopônimos, hidrotopônimos, litotopônimos, meteorotopônimos, morfotopônimos

e zootopônimos. Taxes de natureza antropocultural: animotopônimos ou nootopônimos, antropotopônimos, axiotopônimos, corotopônimos, cronotopônimos, ecotopônimos, ergotopônimos, etnotopônimos, dirrematopônimos, hierotopônimos, historiotopônimos, hodotopônimos, numerotopônimos, poliotopônimos, sociotopônimos e somatotopônimos (Dick, 1992, p. 31-34).

No âmbito deste artigo, a análise da macrotoponímia dos municípios da região imediata de Cascavel/PR segue a classificação do ponto de vista semântico do topônimo, considerando possíveis referenciais e a questão taxionômica. Para tanto, apresentamos no próximo tópico, a criação e formação do estado do Paraná.

A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ

O estado do Paraná começou a existir como território independente a partir de 1853, pois, até então, o território pertencia ao estado de São Paulo. A baía de Paranaguá foi o primeiro local, no Brasil, a apresentar sinais de reserva aurífera. No final do século XVI e início do século XVII a procura pelo metal precioso começou a atrair inúmeros povoadores, especialmente os paulistas. A busca pelo ouro fez com que em 1960 a baía de Paranaguá se transformasse em Capitania. Nesse mesmo cenário, ocorreu a fundação de Curitiba, capital do estado do Paraná. De acordo com Lazier (2003, p. 41-42 apud Zamariano, 2014, p. 188), a mineração foi o primeiro ciclo econômico paranaense e teve como efeitos o povoamento do litoral; o surgimento de Paranaguá; o desbravamento e colonização do primeiro planalto, além da fundação de Curitiba.

Após muitas batalhas e tentativas frustradas de emancipação político-administrativa do território paranaense, Dom Pedro II, em 29 de agosto de 1853, sancionou a Lei nº 704 que criava a província paranaense.

O espaço geográfico paranaense, segundo Ananias e Zamariano (2014, p.188), foi perpassado, pelos exploradores europeus que mantinham como ponto de partida o litoral, tanto espanhóis quanto portugueses ocuparam o território se estendendo por todo o limite fronteiriço.

E, finalmente, a última fase de ocupação do estado do Paraná, de acordo com Ananias e Zamariano (2014, p. 189) se deu no "sudoeste e oeste, e ocorreu em meados da década de 1950, com criadores de suínos e plantadores de cereais oriundos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul".

PERSPECTIVAS DE ANÁLISE DA MACROTOPONÍMIA PARANAENSE

Como anteriormente assinalado, os estudos toponímicos centram-se no topônimo, nome próprio de lugar, tomando como referência o nome do acidente para atestar a possível motivação denominativa. A análise toponímica pode ser realizada sob diferentes abordagens, dentre as quais estão a dos estratos linguísticos que estão na base do nome; a dimensão semântica dos nomes que permite classificá-la conforme as taxes toponímicas, a estrutura morfológica e a base linguística do topônimo, perspectiva adotada neste trabalho.

Os topônimos de acidentes humanos urbanos analisados neste artigo foram extraídos dos mapas oficiais do IBGE (2010) com escalas que variam entre 1:50.000 e 1:100.000, relativos aos ao novo quadro da divisão regional do Brasil no período que vai da última década do século XX até a primeira do século XXI, no caso, o Paraná, região Sul do Brasil, que é composto por seis regiões geográficas intermediárias¹ e 29 regiões geográficas imediatas.

Neste estudo, os topônimos dos municípios da região intermediária de Cascavel/PR são classificados de acordo com os parâmetros da orientação semântica identificados no nome (taxonomias), associados à causa denominativa dos topônimos, quando passíveis de serem identificadas. A análise apresentada segue a proposta apresentada por Dick (1992).

Na sequência do texto, são examinados os topônimos dos 100 municípios pertencentes à região intermediária de Cascavel/PR, iniciando pelos que se enquadram nos aspectos de natureza antropoculturais seguidos dos acidentes humanos categorizados quanto aos aspectos de natureza antrocultural.

ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente apresenta-se uma visão de conjunto dos dados em termos quantitativos por meio do Gráfico 1 que sintetiza a frequência de nomes de municípios de acordo com a sua taxionomia. Na sequência, são partilhados os dados na perspectiva qualitativa.

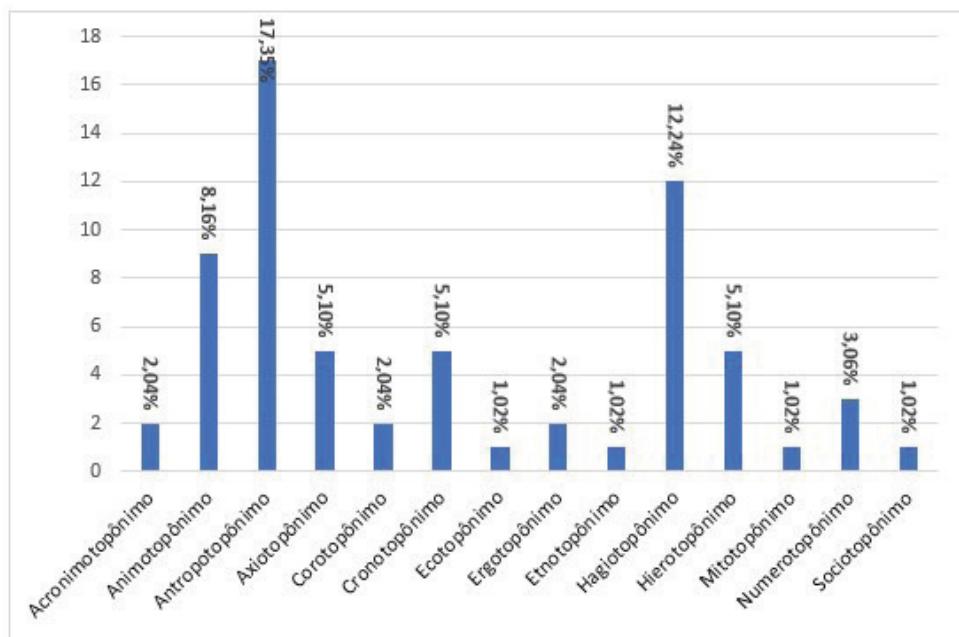


Gráfico 1 – Frequência dos sintagmas toponímicos de natureza antropocultural na macrotoponímia da região intermediária de Cascavel/PR

Fonte: Elaborado pela autora

1. 01- Curitiba; 02 - Guarapuava; 03 - Cascavel; 04 - Maringá; 05 - Londrina; 06 - Ponta-Grossa.

Para a análise dos dados priorizou-se a produtividade dos topônimos informada no gráfico 1. Os topônimos dos municípios paranaenses da região selecionada são arrolados na sequência de acordo com a frequência das taxionomias toponímicas identificadas, obedecendo-se à ordem decrescente em termos de ocorrências.

- **Antropotopônimos:** Ampére; Anahy; Assis Chateaubriand; Braganey, Clevelândia; Enéas Marques; Francisco Beltrão; Honório Serpa; Iracema do Oeste; Manfrinópolis; Mariópolis; Matelândia; Mercedes; Pranchita; Salgado Filho; Virmond e Vitorino.

Dentre as categorias taxionômicas propostas por Dick (1990, p. 285), uma das mais expressivas é a ancorada nos antropotopônimos. Essa taxa caracteriza-se por agrupar os nomes individuais como técnicas de nomeação de acidentes geográficos. Dessa forma, a cristalização do topônimo antropotopônimo revela atitudes e posturas peculiares de grupos sociais com a finalidade de preservar a memória coletiva de seus antecedentes. Espaço e nome pessoal se tornam elementos inseparáveis dificultando até mesmo a expressão e o resultado culminado no ato denominativo. Segundo Dick (1990, p. 286), “os aspectos semânticos que podem ser encontrados nos nomes de pessoas ligam-se, portanto, ao papel que exercem de verdadeiras manifestações culturais dos povos”. Assim, a representatividade do nome próprio de pessoa na toponímia ultrapassa as barreiras do sentir, torna-se um ato de glorificação por aquele que contribuiu para o surgimento do novo espaço geográfico.

- **Hagiotopônimos:** Medianeira; Santa Izabel do Oeste; Santa Lúcia; Santa Tereza do Oeste; Santa Terezinha de Itaipu; Santo Antônio do Sudoeste; São João; São Jorge d'Oeste; São José das Palmeiras; São Miguel do Iguaçu; São Pedro do Iguaçu.

A nomeação pautada na religiosidade tende a revelar um passado vivenciado por influências, sobretudo, impostas por colonizadores que traziam arraigados em sua cultura uma base solidificada na prestação do culto a divindades pertencentes à sua crença. Dick (1990, p. 311) esclarece que a “razão de ser da toponímia religiosa encontra no homem, ou no denominador, a sua expressividade, objetiva e concreta”. A religiosidade expressada por meio do topônimo não busca a racionalidade do ato, trata-se de um momento reflexivo, subjetivo e sensível. Sobre a motivação toponímica de natureza religiosa Dick (1990, p. 312) pondera o seguinte:

[...] não se cogita na toponímia de origem religiosa, da busca do equilíbrio e da [...] adequação entre ‘nome’ e ‘objeto nomeado’ [...]. Tampouco se pode dizer que a motivação, extrínseca à natureza do acidente, não o define nem se ajusta à normatividade do sistema onomasiológico. Apenas o fenômeno associativo é de outra ordem, porque centralizado no doador; as circunstâncias locais pouco interferem na escolha desde que sua causa determinante se prenda ao homem, às manifestações de seu espírito [...]. (Dick, 1990, p. 312).

Em relação à porcentagem dos hagiotopônimos apresentados no gráfico 1, as homenagens aos *santos* e *santas* retrata um passado enraizado nas tradições trazidas pelos primeiros colonizadores. “A conquista espiritual no roteiro dos viajantes representava, assim, o mesmo papel de importância que o exercido pelas relações de troca no comércio”

Dick (1990, p. 312). A cristalização da fé, especialmente a católica, no território paranaense deve-se em grande parte à influência das reduções jesuíticas, que tinham como objetivo principal a catequização dos indígenas e a disseminação da fé católica entre os nativos. Essas missões religiosas desempenharam um papel fundamental na formação cultural e religiosa da região. Dentre os motivos para a incidência significativa de hagiotopônimos na macrotoponímia do Paraná pode ser atribuída, de certa forma, ao período de colonização das décadas de 1930 a 1960. Nesse período se instalaram nos municípios pesquisados companhias colonizadoras que atraíram colonos oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a ascendência italiana, responsável pela maioria da devoção da fé católica, motivou o batismo de muitos topônimos na região. Exemplos como os hagiotopônimos *Santa Lúcia*, município em que a colonização e povoação iniciaram por volta do ano de 1960 com pioneiros oriundos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. *Santa Terezinha de Itaipu* que, com a instalação da Colonizadora Criciúma, atraiu para o município muitas famílias de Santa Catarina em busca de terras para o cultivo de suas lavouras. *Santo Antonio do Sudoeste* que, após a elevação do povoado à condição de Distrito Administrativo do município de Clevelândia e a abertura de novas estradas, atraíram grandes levas de agricultores procedentes de outras regiões do Paraná e dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que ali se estabeleceram, dedicando-se à agricultura e, especialmente, à criação de suínos. *São Jorge d'Oeste* que recebeu, em 1958, uma grande migração de colonos oriundos do Estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, descendentes de italianos e alemães e *São Miguel do Iguaçu* que contou com a instalação da colonizadora gaúcha Pinho e Terra Ltda no ano de 1948, onde um núcleo chamado colonizadora Gaúcha foi aberto na época atraindo para a região moradores do estado do Rio Grande do Sul.

- Animotopônimos: Bela Vista da Caroba; Boa Esperança do Iguaçu; Boa Visa da Aparecida; Formosa do Oeste; Lindoeste; Renascença; Saudade do Iguaçu; Verê.

A vinculação do nome ao ambiente físico se dá pelas impressões do denominador acerca do espaço observado. Assim ocorre com a taxe animotoponímica, que abstrai do denominador os aspectos relativos à vida psíquica, a vida cultural e é transferido para o local nomeado. O processo pelo qual se originou o batismo encerra em si mesmo as suas possibilidades de análise, tornando qualquer tentativa de justificação fórmulas repetidas. Na macrotoponímia paranaense, os topônimos *Bela Vista da Caroba*, *Boa Esperança do Iguaçu*, *Boa Visa da Aparecida*, *Formosa do Oeste*, *Lindoeste*, *Renascença*, *Saudade do Iguaçu* e *Verê* trazem em sua gênese impressões muito particulares do nomeador. A visão da nova terra, aliada aos aspectos culturais e as circunstâncias ambientais produz o impulso motivador do novo processo denominativo projetando no objeto, muitas vezes, não a característica real do lugar, mas sim um determinado estado emocional capaz de impulsionar um olhar vislumbrado e transcendente para o espaço geográfico (Dick 1990, p. 352).

- Hierotopônimos: Bom Jesus do Sul; Jesuítas; Missal; Palotina; Tupãssi.

A taxe pode ainda apresentar outras duas subdivisões: hagiotopônimos e os mitotopônimos que apresentam relação com as entidades mitológicas. Na região imediata de Cascavel/PR ocorreu a incidência de apenas um referencial relacionado à mitotoponímia descrito como *Itapejara do Oeste*. A baixa incidência do topônimo encontra respaldo na afirmação de Dick (1990, p. 346), quando a autora delega o distanciamento brasileiro dos mitos pagãos à influência do Cristianismo exercida por Portugal na população, o que, de certa forma, aproximou o Brasil ao cultuamento das personagens míticas pertencentes ao lendário indígena. Os demais sintagmas estão relacionados à influência de objetos ou instituições religiosas consideradas sagradas pela fé católica, é o exemplo do topônimo *Jesuítas* que faz referência ao trabalho catequético desenvolvida pela ordem jesuítica na região; *Missal* homenageia e reverencia o manual que contém os rituais realizados em uma celebração católica, *Palotina* que reporta a outra instituição religiosa que é a dos padres palotinos com presença no município, desde o início da sua colonização e, por fim, *Tupãssi*, de origem Tupi-Guarani, que significa “Mãe de Deus”.

- Cronotopônimos: Nova Aurora; Nova Esperança do Sudoeste; Nova Laranjeiras; Nova Prata do Iguaçu; Nova Santa Rosa.

A taxe cronotoponímica, é caracterizada por indicadores cronológicos representados pelos adjetivos *novo/nova*, *velho/velha*. Dick (1992, p. 100), aponta o processo migratório como possível motivação para a denominação em que estão incluídos os adjetivos *novo/nova*. O sentimento saudosista da terra que outrora viviam esses povos, incorpora no denominador a associação da nova terra ao desejo da continuidade dos hábitos e costumes no espaço agora dominado, como ocorre com o topônimo *Nova Prata do Iguaçu*, por exemplo. Segundo Dargel e Isquierdo (2020, p. 253), a marca temporal reflete a expectativa do denominador de “transportar” antiga cidade para a nova moradia.

- Axiotopônimos: Capitão Leônidas Marques; Coronel Domingos Soares; Coronel Vivida; Marechal Cândido Rondon; Realeza.

Os axiotopônimos são nomes geográficos que fazem referência a cargos ou títulos, geralmente ligados a pessoas de importância política, militar ou social em determinada área. Essas designações podem servir como homenagens diretas ou como uma maneira de eternizar a memória e as contribuições de indivíduos marcantes na história da região ou do país. Os axiotopônimos imortalizam não apenas indivíduos específicos, mas também os sistemas de poder e valores que estes representam. Os municípios com esses nomes não apenas prestam homenagem a figuras históricas, mas também carregam narrativas sobre poder, autoridade e história local.

- Numerotopônimos: Dois Vizinhos; Quatro Pontes; Três Barras do Paraná.

Os numerotopônimos, de acordo com a classificação de Dick (1992, p. 33), estão relacionados aos topônimos formados por adjetivos numerais. A taxe numerotoponímica geralmente resulta de fatores históricos, geográficos ou culturais associados ao local. Alguns municípios podem utilizar números como parte de seus nomes, com o objetivo de descrever características físicas, delimitações territoriais ou marcos históricos. Essa prática de nomear lugares com números reflete a influência de eventos ou particularidades locais na escolha dos nomes.

Além do mais, os designativos pertencentes à taxe dos numerotopônimos podem destacar a curiosa interação entre o homem e o ambiente na escolha dos nomes dos lugares. No caso dos municípios pesquisados, é possível observar que os números em seus nomes estão atrelados, sobretudo, à geografia local – sejam rios, pontes ou formações fluviais. Estes nomes se revelam descritivos e práticos, servindo como uma forma de orientar e informar sobre aspectos distintivos da região. É importante destacar que os números podem, em alguns casos, ser entendidos como uma forma de democratização na nomeação de lugares. Ao se acrescentar o número em vez de nomes de pessoas ou eventos históricos, as comunidades reforçam características locais concretas, em vez de associações com figuras políticas ou heróis nacionais. Isso pode promover um senso de igualdade e foco na geografia ou infraestrutura, em vez de conotações pessoais ou políticas.

- Corotopônimos: Vera Cruz do Oeste e Toledo.

Na obra de Dick (1992, p. 32), o conceito de corotopônimos é explorado como parte de uma categoria importante da toponímia, onde é possível observar o uso de elementos comuns que indicam laços territoriais ou culturais. Segundo a pesquisadora, esses topônimos estão relacionados aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. É o que podemos destacar nos designativos localizados, pois Vera Cruz do Oeste, como o nome sugere, carrega um elemento toponímico recorrente — “Vera Cruz” — que aparece em várias outras cidades no Brasil, como Vera Cruz, na Bahia, e Vera Cruz, no Rio Grande do Norte. O termo “Vera Cruz” remonta à história colonial portuguesa e à denominação religiosa. Já o sufixo “do Oeste” diferencia geograficamente esta Vera Cruz das outras, sugerindo uma localização ocidental em relação a outras localidades homônimas. A denominação da localidade foi dada por Antônio Villas Boas, fundador de Vera Cruz do Oeste, por julgar que a primeira missa celebrada na localidade teve as mesmas características da primeira missa rezada no Brasil. Por isto, o pioneiro resolveu prestar uma homenagem à nossa Pátria, dando para a cidade um de seus primeiros nomes, Vera Cruz.

Já o nome Toledo, por outro lado, deu-se posteriormente, numa opção entre Toledo, Cristo Rei e Brasiléia. Registros de 1905 e 1906 atribuem vínculo ao nome de ‘Pouso Toledo’, recanto de descanso de tropeiros ao longo de uma picada utilizada para transporte de produtos, especialmente da erva-mate, comercializados por estrangeiros que possuíam glebas na região oeste do estado do Paraná, onde o município está inserido. (<https://www.toledo.pr.gov.br/municipio/historia>).

- Acronimotopônimo: Ibema e Maripá

A taxe dos acrinomotopônimos, Segundo Zamariano (2006, p. 58), foi criada por sugestão da professora Drª Vanderci de Andrade Aguilera e por Ignez de Abreu Francisquini em sua Monografia de Especialização professor Aluysio Fávero. Ocorre que durante a pesquisa feita pelo projeto ATEPAR (Atlas Toponímico do estado do Paraná), foi constatado que não houve uma definição precisa na taxionomia proposta por Dick (1992) para casos em que se tratava do conjunto formado por siglas. Assim, sentiu-se a necessidade de formular novas taxionomias, não em detrimento das categorias propostas, mas em “função da abrangência total e completa das taxionomias possíveis”.

Com duas ocorrências no *corpus* em estudo, os referenciais acronimotoponímicos *Maripá* e *Ibema* têm origem no item lexical formado pela inicial ou por mais de uma letra de cada um dos segmentos sucessivos de uma locução elevada à categoria de topônimo. Consequentemente, os topônimos são acrônimos de Indústria Brasileira de Madeiras e de Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná.

- Ecotopônimo: Barracão

Na obra de Dick (1992, p. 33), a taxe dos ecotopônimos são analisados como manifestações evidentes relacionadas às habitações de um modo geral. da relação entre os processos naturais e a ocupação humana. O topônimo Barracão é um exemplo interessante para destacarmos o papel importante do meio para a construção da identidade e do espaço local. O designativo Barracão era o nome de uma hospedaria construída no povoado e que servia de local de pouso e descanso de tropeiros, originando-se, daí, o nome do município. A necessidade de locais temporários ou de apoio, como os barracões, era comum nas primeiras fases de ocupação da terra. A escolha do nome, portanto, neste caso, reflete uma característica marcante da relação entre os primeiros habitantes e o meio ambiente, destacando o papel fundamental da organização do espaço humano.

- Etnotopônimos: Guaraniaçu

A taxe etnotoponímica, refere-se segundo Dick (1990, p. 33), está relacionada aos elementos étnicos, isolados ou não. Eles tendem refletir a presença, influência ou memória de um povo em uma determinada região, constituindo-se como marcos culturais que conectam o nome do local à identidade étnica ou histórica.

No Brasil, graças à grande diversidade de povos indígenas e outros grupos étnicos que compõem a sua formação histórica, há inúmeros sintagmas que nomeiam municípios com o objetivo de homenagear os que primeiro viviam na localidade. Um exemplo claro é o município de Guaraniaçu, no estado do Paraná. Dessa forma, o designativo pode ser associado à categoria de evocação etno-histórica, onde o nome do local serve para preservar a memória de um povo ou grupo étnico que, em algum momento, habitou ou teve influência sobre a região.

- Sociotopônimos: Mangueirinha; Porto Barreiro.

De acordo com Dick (1992, p. 34), os sociotopônimos são topônimos que estão relacionados com situações em que o nome do local reflete não apenas um marco geográfico, mas também formas de ocupação do espaço por determinados grupos humanos, pontando assim, para as atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontros dos membros de uma comunidade. No caso de Mangueirinha, o nome pode estar ligado à cultura pastoril ou agrícola predominante na época de sua fundação, mostrando como a dinâmica social e econômica da região influenciou diretamente a nomeação do lugar. Já Porto Barreiro, (“barreirinho” surgiu por existir uma área lamaçenta no início da povoação, onde as antas vinham beber água) nesse contexto, a taxa litotoponímica soma-se à sociotoponímica, justamente para agrupar, a causa denominativa ao topônimo original.

O gráfico 2, a seguir, traz a frequência dos topônimos relacionados aos designativos de natureza física. Na sequência, apresenta-se a análise dos sintagmas toponímicos.

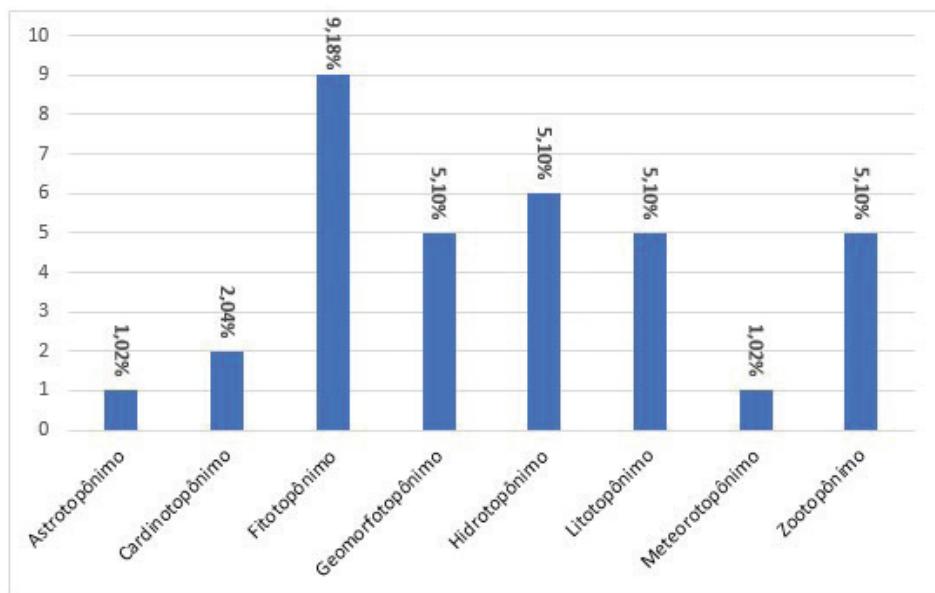


Gráfico 2 - Frequência dos sintagmas toponímicos de natureza física na macrotoponímia da região intermediária de Cascavel/PR

Fonte: Elaborado pela autora

A continuidade da análise dos dados adota o mesmo critério seguido para o exame dos dados estabelecido para os topônimos de natureza antropocultural. São priorizadas as produtividades dos topônimos de acordo com as ocorrências das taxes toponímicas de natureza física também obedecendo à ordem decrescente para a sua descrição. A análise em ordem decrescente permite visualizar não apenas quais elementos da paisagem natural são mais recorrentes, mas também como o ser humano categorizou e se apropriou do espaço geográfico ao longo do tempo, refletindo os aspectos culturais e físicos que mais moldaram a região.

- **Fitotopônimos:** Cafelândia, Capanema, Catanduvas, Flor da Serra do Sul, Laranjeiras do Sul, Marmeiro, Palmas, Pinhal de São Bento e Ramilândia

O estudo da vegetação terrestre normalmente representa desafios para o pesquisador que se propõe a analisá-la. Segundo Dick (1990, p. 145), a “variedade das espécies que se entrecruzam em porções delimitadas no espaço geográfico extrapola as várias possibilidades classificatórias”. A vegetação está inserida num conjunto natural constituindo, juntamente com os outros elementos da natureza, um bio-sistema indispensável para a sobrevivência humana, sobretudo em termos de qualidade de vida do homem que pretende abarcar em novas regiões e usufruir do local ocupado (Dick, 1990, p. 146). Os dados do gráfico 2 apontam para a riqueza da natureza nativa no cenário paranaense e para o seu papel como elo motivador para a nomeação dos lugares. O topônimo *Cafelândia*, por exemplo, relaciona o nome do município à grande produtividade da planta cafeeira na região à época da chegada dos primeiros colonos: *Capanema*, por sua vez, homenageia o advogado Guilherme Schuck, conhecido como Barão de Capanema. - *Catanduvas* (destaca a produção de vinho e outros derivados da uva, implantada no município), - *Flor da Serra do Sul* (exalta o nome do lugar por meio de conversas e cantorias dos conhecidos repentes da cultura rio-grandense, louvando o lugar como uma verdadeira “Flor da Serra”), - *Laranjeiras do Sul* (tem como causa designativa presença dos índios Dorins que habitavam os campos de Nerinhê, que quer dizer “Laranja” no idioma Kaingang). - *Marmeiro* (relaciona o topônimo com a árvore assim denominada, que era fartamente encontrada nas barrancas do rio do mesmo nome, o qual banha a cidade), - *Palmas* (topônimo relacionado à “Terra Alta ou Terra das Palmeiras”, na tradução do idioma indígena), - *Pinhal de São Bento* (o nome está relacionado ao culto prestado a um enorme pinheiro, cujos galhos formavam uma cruz na localidade), e – *Ramilândia* (o nome tem como causa denominativa a homenagem à Fazenda Rami).

- **Zootopônimos:** (Cascavel; Pato Branco; Chopinzinho; Pato Bragado)

Os zootopônimos enquanto motivadores de sintagmas toponímicos revestem-se de importância pela associação do animal às características do local e à sua espécie, esses elementos por hora servem de elo entre a população e o topônimo em si. Segundo Dick (1990, p. 256), “dificilmente um nome dessa categoria estaria desvinculado da existência real da espécie.” Geralmente o processo topônimo mantém laços íntimos com o espaço geográfico e o mesmo ocorre com as taxes, pois, cada habitat possui sua comunidade animal peculiar ao ambiente. Sobre a importância da exaltação animal entre os primeiros povos, Dick (1990, p. 265) relata que

A importância consagrada ao animal era tão acentuada que, na estrutura da aldeia bororo, os seus oito clãs, distribuídos em dois grupos de quatro, em cada uma das metades exógamas que a compõe, receberam denominações zoonímicas: Baddogebea Xobuguiúge, Bokodori (tatu canastrão), Kie (anta), Paivoe (bugio), Apiboregue, Aróroe (larvas), Ivuagududodge (gralha). (Dick, 1990, p. 265).

Nesse contexto, percebe-se que a integração homem-animal faz parte do cenário brasileiro onde algumas espécies são mais comumente usadas.

- **Geomorfotopônimos:** Campo Bonito; Espigão Alto do Iguaçu; Planalto; Serranópolis do Iguaçu.

A toponímia nacional encontra no relevo terrestre uma ampla variedade de signos onomásticos. A natureza topográfica, muitas vezes, motiva o denominador que busca no meio geográfico os elementos característicos para o batismo de um sintagma. Os topônimos relacionados no quadro 2, evidenciam de forma muito particular as minúcias pertencentes ao quadro apresentado pelo relevo de cada topônimo. Como exemplo, é possível citar os geomorfotopônimos - *Campo Bonito* (local propício para o cultivo do café) e *Espigão Alto do Iguaçu* (visão privilegiada de uma vasta região).

- **Litotopônimo:** Diamante D'Oeste; Diamante do Sul; Ouro Verde do Oeste; Pérola do Oeste; Terra Roxa.

A taxe litotoponímica está relacionada à constituição do solo, representado por indivíduos, conjunto de uma mesma espécie ou ainda, de espécies diferentes (Dick, 1992, p. 31). A misticidade acerca das riquezas pertencentes à nova terra, desde os tempos mais remotos tem feito parte da realidade brasileira. Dick (1990, p. 126), relata que o primeiro documento escrito sobre a Nova Terra já apresentava descrições sobre as impressões dos recém chegados. A princípio não se tinha conhecimento sobre o “ouro” e a “prata”, mas já se falava dos ares muito favoráveis do local que abarcaram.

Nesse sentido, os topônimos evocam riqueza, prosperidade e fertilidade, elementos essenciais para atrair colonizadores, investimentos e promover a identidade local. Nesse contexto, os litotopônimos são mais do que simples designações geográficas: são narrativas culturais que ajudam a construir e perpetuar a relação entre o território e o desenvolvimento econômico.

- **Hidrotopônimos:** Iguatu; Itaipulândia; Quedas do Iguaçu; Rio Bonito do Iguaçu; Salto do Lontra.

Os cursos d’água exercem papel fundamental para a condição de sobrevivência do ser humano. Dargel e Isquierdo (2020, p. 265), afirmam que “essa categoria é facilmente entendida porque o homem, ao povoar um local, prefere fazer isso nas cercanias de um curso de água, tendo em vista a importância vital desse elemento para a vida humana.”

- **Cardinotopônimos:** Entre Rios do Oeste e Sulina.

Os cardinotopônimos, de acordo com Dick (1992, p. 31), representam os topônimos que descrevem às posições geográficas em geral. Basicamente se originam como uma forma de descrever a localização de uma área em relação a outro local mais conhecido ou central, como é o caso do município de Entre Rios do Oeste que foi criado a partir da construção de uma estrada em 1950 que ligou Foz do Iguaçu a Guairá, e que passava por Entre Rios. O município denominado Sulina, surgiu por homenagem às famílias oriundas do Sul, sendo a grande maioria do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Como eram conhecidos como sulistas, o primeiro nome dado para o vilarejo foi de Sede Sulina.

Os cardinotopônimos podem servir de orientação espacial, especialmente nas eras anteriores à existência de mapas ou sistemas de navegação moderna. Esses topônimos de alguma forma, tendem a enraizar a cultura local de maneira duradoura, criando identidades regionais ou demarcatórias que vão além da mera geografia.

- Meteorotopônimo: Céu Azul

Os meteorotopônimos, de acordo com Dick (1992, p. 32), abrangem os topônimos que fazem referência aos fenômenos atmosféricos, referindo-se a elementos do céu, do clima, ou de outras características atmosféricas. Estes nomes carregam frequentemente significados simbólicos e podem refletir a percepção popular da paisagem ou de um fenômeno natural marcante. No Brasil, alguns municípios adotam meteorotopônimos que evocam o céu ou fenômenos climáticos, trazendo uma forte dimensão simbólica e até mesmo poética.

- Astrotopônimos: Cruzeiro do Iguaçu.

Além de sua importância geográfica e astronômica, os astrotopônimos carregam uma forte dimensão cultural. Dick (1992, p. 31), relaciona a esta categoria os corpos celestes em geral. Nesse sentido, é interessante observar que topônimos como Cruzeiro do Sul ligam o espaço geográfico ao imaginário coletivo e à memória cultural, reforçando a relação dos habitantes com o céu e os fenômenos naturais que os cercam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa primou por apresentar uma análise sobre os mecanismos de classificação semântica dos topônimos referentes às taxes de natureza física e antropocultural propostas e reformuladas por Dick (1990; 1992). O estudo pautou-se, sobretudo, em obras clássicas da Toponímia e em trabalhos publicados recentemente que serviram de suporte para a investigação da macrotoponímia da Região Intermediária de Cascavel, localizada na região oeste do estado do Paraná.

Este trabalho buscou apresentar a causa denominativa, os fatores que influenciaram o denominador, o topônimo e a taxonomia, conforme a classificação proposta por Dick (1990; 1992).

A análise do corpus, evidenciou na macrotoponímia da Região Intermediária de Cascavel/PR, a predominância dos topônimos pertencentes à taxa de natureza antropocultural, o que de certa forma justifica-se por tratar de elementos geográficos humanos. Sobressaiu-se entre os elementos de natureza antropocultural os antrotopônimos com um percentual de 17,35%, os hagiotopônimos alcançaram 12,24% da produtividade das taxes, os animotopônimos apresentaram um percentual de 8,16% dos designativos, os hierotopônimos, os cronotopônimos e os axiotopônimos obtiveram um percentual de 5,10% dos topônimos inventariados, os numerotopônimos apresentaram um total de 3,06% dos sintagmas pesquisados, os corotopônimos evidenciaram o total de 2,04%, já, os sociotopônimos, os etnotopônimos e os ecotopônimos alcançaram um percentual de 1,53% dos topônimos levantados. Em relação ao designativos de natureza física observou-se uma incidência inferior, porém, obteve-se alta produtividade na categoria dos fitotopônimos 9,18%, seguida pelos zootopônimos, os geomorfotopônimos, os litotopônimos e os hidrotopônimos com 5,10% dos percentuais apurados. Já a taxa cardinotoponímica evidenciou o percentual de 2,04% seguida dos meteorotopônimos e astrotopônimos com um total de 1,02% de topônimos levantados.

REFERÊNCIAS

- ANANIAS, Anna Carolina Chierotti dos Santos. ZAMARIANO, Márcia. Construção da identidade toponímica: os nomes dos municípios paranaenses. Diadorm, Rio de Janeiro, v. 16, p. 185-208, dez. 2014.
- BACKHEUSER, Everardo. Toponímia. suas regras, sua evolução. Revista Geográfica, Rio de Janeiro, v. IX/X, n. 25, p. 163-195, 1952.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dimensões da palavra. Filologia e Linguística Portuguesa. Revista USP, Araraquara, nº 2, p. 81-118, 1998.
- COSERIU, Eugenio. Fundamentos e tarefas da sócio- e da etnolinguística. In: MELLO, Linalda de Arruda (org.) Sociedade, Cultura & Língua. Ensaios de sócio e etnolinguística. João Pessoa: SHORIN, 1990.
- DAUZAT, A. Les noms de lieux, origine et évolution villes et villages, pays, cours d'eau, montagnes, lieuxdits, Paris: Librairie Delagrave, 1926.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Aspectos de etnolinguística – a toponímia carioca e paulistana – contrastes e confrontos. Revista USP, São Paulo, n. 56, p. 180- 191, dez./fev.2002.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Toponímia e Antropônima no Brasil. Coletânea de Estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A Motivação toponímica e a realidade brasileira. São Paulo, arquivo do Estado: 1990.
- ISQUERDO, Aparecida Negri. O nome do município. Um estudo etnolinguístico e sócio- histórico na toponímia Sul-mato-grossense. Revista Prolíngua. v. 2, n 2, p. 34-52, 2008.
- ISQUERDO, Aparecida Negri. DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. A macrotoponímia dos municípios dos municípios sul-mato-grossenses: mecanismos de classificação semântica. In: ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). TOPONÍMIA. Tendências toponímicas no estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Editora da UFMS, 2020.
- LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 32 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2008.
- LAZIER, Hermógenes. Paraná: terra de todas as gentes e de muita história. Francisco Beltrão-PR: GRAFIT, 2003.
- LEITE DE VASCONCELLOS, José. Opusculus: onomatologia. Coimbra: Impressa da Universidade, 1931.
- SAPIR, E. A linguística como ciência. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.
- SEABRA, Maria Cândido Trindade da Costa. Língua, Cultura e Léxico. In: SOBRAL, G. N. T.; LOPES, N. S., RAMOS, J. M. Linguagem, Sociedade e Discurso. São Paulo: Blucher, 2015.
- STEWART, George Rippey. A classification of place names. Names. Berkeley. v. II. n. 1, p. 01-13, march, 1954.
- VELARDE, Manuel Casado. Lenguaje y cultura. Madrid: Editorial Síntesis, S.A., 1991.
- ZAMARIANO, Márcia. Toponímia paranaense do período histórico de 1648 a 1853. 2006, 269 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, 2006. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/srv-c0003-s01/api/core/bitstreams/de3b4bbc-2697-4380-b95d-b897f10e847d/content>.